



COMPETIÇÃO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS 2022

Caso Hipotético: Mudanças Climáticas e Direitos Humanos: Impactos, Responsabilidades e Oportunidades

Moradores de Murujuy, Colibritón e outros vs. Estado de Iraca e Estados Unidos do Chaco

Descrição e contexto do Estado de Iraca e dos Estados Unidos do Chaco (EUCH)

1. Iraca está situado no continente americano e seu território foi habitado por múltiplos povos originários com uma vigorosa civilização milenar, os quais desenvolveram conhecimentos de agricultura, arquitetura, arte, astronomia e engenharia. Isto permitiu o seu desenvolvimento como evidenciam estudos arqueológicos e o conhecimento aplicado na atualidade. Siquara, capital de Iraca, está situada numa região desértica que os povos originários tornaram habitável, com cerca de 60km² habilitados para produzir alimentos, pelo qual foi uma das cidades pré-hispânicas mais importantes.
2. Em 1822 Iraca declarou-se independente e seus 24.000.000 de habitantes incluem uma população indígena de pelo menos 50 povos originários e uma importante população afrodescendente. Em conjunto, aqueles que se autodefinem como pertencentes a algum povo originário ou afrodescendente, representam 19% da população total do país.
3. O território de Iraca tem uma área de 2.000.000 km², além de ilhas e ilhotas, faz fronteira com Estados Unidos do Chaco (EUCH) e conta com grande diversidade biológica, sendo o segundo país do mundo neste quesito. Mas também é o país com maior quantidade de espécies em perigo de extinção. Historicamente tem cultivado amendoim, milho, cacau, açúcar e tabaco, que foram essenciais para sua economia e continuam sendo.
4. Por outra parte, EUCH, alcançou a sua independência em 1795 e é hoje uma das maiores potências econômicas e militares a nível mundial. Isto foi obtido especialmente graças ao seu extenso território de 11.000.000 km², com grande biodiversidade, o que permitiu-lhe desenvolver a indústria do café, agave e borracha no século XIX, e ao bom investimento das bonanças, que impulsionaram diversos setores nacionais. Uma das prioridades incentivadas desde Trancoso, sua capital, foi o desenvolvimento de políticas sociais, priorizando o respeito aos direitos das pessoas. É o principal sócio comercial de Iraca, assim como sua fronteira mais importante, além de compartilhar a zona costeira do Oceano Pacífico.
5. A Constituição de Iraca foi promulgada em 1997 pela Assembleia Constituinte, depois de um processo participativo único na história nacional que reconhece expressamente os direitos humanos de todas as pessoas, tanto cívicas e políticos, como econômicos, sociais, culturais e ambientais. Esta Constituição expressa também que as atividades extrativas de hidrocarbonetos e minérios de todo tipo são de interesse nacional e prioritárias para o Estado.
6. Iraca liderou a negociação de tratados internacionais de direitos humanos, de proteção ambiental e de mudança climática. Faz parte da OEA e foi dos primeiros estados a ratificar todos os tratados de direitos humanos e seus protocolos. Em 1977 ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos, aceitando a jurisdição da Corte, e o Protocolo de San



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

Salvador em 1990. Adicionalmente, apoiou a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas da ONU em 2007 e a da OEA em 2016.

7. EUCH é também parte da OEA, ratificou a Convenção Americana em 1979 e o Protocolo de San Salvador em 1991. Adicionalmente, votou a favor da adoção das Declarações de Direitos dos Povos Indígenas da ONU em 2007 e da OEA em 2016.
8. Iraca e EUCH são Estados Partes do Convênio Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CMNUCC) e assinaram e ratificaram os seus Protocolos. Ambos participaram de todas as Conferências das Partes (COP) desta Convenção, desde a primeira celebrada em Berlim em 1995. O Congresso de Iraca ratificou o Acordo de Paris em fevereiro de 2016, e o Acordo de Escazú em novembro de 2018. EUCH subscreveu esses Acordos em março de 2016 e dezembro de 2018 respectivamente.

Situação econômica e história do setor extrativo e de energia

9. Iraca é imensamente rico em petróleo, gás e carvão, sector que representa 25% do Produto Interno Bruto. Este sector está localizado no Noroeste e começou a se desenvolver a partir dos anos 50, pelo descobrimento de grandes depósitos de petróleo. A produção nacional de combustíveis satisfaz a totalidade do mercado interno e 70% da produção é exportada, especialmente a EUCH, Europa e Ásia. As atividades estão em mãos de várias empresas, sendo a Empresa de Fósseis do Estado (EMFOS) a mais importante, pois possui 64% de todo o mercado. Empresas de capital privado, em sua maioria transnacionais, operam o restante.
10. A EMFOS foi fundada em 1943, para promover todas as atividades relacionadas a petróleo, gás e carvão em Iraca. Teve o monopólio do sector por duas décadas, até que em 1972 o governo nacional decidiu abrir o mercado, após a realização de reformas, empresas privadas nacionais e de outros países iniciaram suas operações. Hoje em dia o principal aliado da EMFOS é NOXXE, que atualmente detêm 36% do mercado.
11. Em 1952, a EMFOS iniciou os projetos petrolíferos mais importantes na região de Murujuy. No começo com atividades de prospecção e exploração, e em 1972 começou a exploração petrolífera, com a operação de centenas de poços, que inclusive foram ampliados aos municípios próximos, incluindo Colibrítón, cidade de EUCH, fronteira com Iraca. Nos 70 com o boom da extração do petróleo, Iraca era um dos principais exportadores mundiais, liderando a associação global que determinava o preço de cada barril de petróleo.
12. EUCH também foi um país petrolífero, sector que se desenvolveu desde a década de 40, quando foram descobertos grandes depósitos no seu território, precisamente na fronteira com Iraca. Durante os anos 50, para explorar os depósitos de petróleo e de gás, um grupo de pessoas fundou a empresa NOXXE, com capital totalmente privado. Em 1972 esta empresa começou a operar em Iraca, aproveitando que o seu governo compartilhou informação técnica e mapas, ao descobrir que os depósitos no seu território estendiam-se a Iraca. Em grande parte, por esse motivo, NOXXE multiplicou o seu capital e começou a operar em outros países.
13. Murujuy era também uma importante região de produção agrícola e de mel orgânica, e um centro de turismo sustentável reconhecido desde a década de 40, com atividades vinculadas à



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

tradição milenar de povos originários, como os Izamales. O predomínio de plantios ancestrais permanece graças ao conhecimento transmitido por gerações. De acordo com o censo nacional de 2002, estas atividades agrícolas e turísticas, empregavam diretamente 60% da população indígena e indiretamente a milhares de outras pessoas.

14. Paralelamente ao petróleo, também cresceu o sector energético em Iraca, em especial tendo o carvão como o principal combustível para a energia eléctrica, gerando na atualidade 30% do total da energia nacional. Em 1987 começaram a operar as cinco carvo-elétricas no país, uma das quais foi estabelecida a 60kms de Murujuy. Isto permitiu que houvesse eletricidade em zonas rurais e inclusive em zonas urbanas que tinham se desenvolvido de forma desordenada, como Murujuy. Tendo eletricidade, as escolas comunitárias puderam oferecer horários inclusive vespertinos e noturnos, com o qual triplicaram o número de estudantes.
15. Desde os anos 70, EUCH de acordo com o planejamento de seu território, estabeleceu zonas prioritárias para petróleo e extrativos, designando a zona de Colibritón e arredores como fundamental. Dado o amplo desenvolvimento urbano derivado do crescimento petrolífero e do crescimento populacional, a demanda por energia quintuplicou, foi então construída uma usina termoeléctrica a carvão que começou a operar em 1980.
16. Sabendo da sua importância na região e que o seu crescimento econômico e suas políticas sociais abrangentes atraíam muitas pessoas de outros países, o qual implicava em maiores migrações, EUCH começou a implementar políticas e programas de apoio a outros Estados, ajudando a melhorar políticas internas. Isto lhe permitia também compartilhar os benefícios que a sua população desfrutava. Além da operação do petróleo, o seu banco de desenvolvimento foi essencial para financiar a infraestrutura e projetos sociais de Iraca. EUCH constantemente intervinha no sistema bancário para que Iraca tivesse boas condições de empréstimos e apoio à dívida.
17. Para contribuir para a construção de capacidades, em 1972, Iraca e EUCH lançaram um programa de bolsas de estudo no exterior e Sinforosa Osorio Vásquez e outras 14 pessoas viajaram de Iraca a EUCH para continuar seus estudos. Visto que o setor extrativo era prioritário, a metade dos estudantes decidiu tentar estudos de pós-graduação afins ao setor. Como complemento aos estudos, a bolsa incluía a oportunidade de trabalhar nas mais importantes companhias petrolíferas de EUCH. No término do estágio, deveriam regressar ao seu país de origem e aplicar o aprendido.
18. Quando Sinforosa terminou seus estudos de pós-graduação, foi trabalhar na NOXXE, na equipe de pesquisadores em Izamal. Ali descobriram que a queima do petróleo estava afetando o clima do mundo. Foi uma informação reveladora que compartilharam em junho de 1973 com a Direção Geral e o Conselho Administrativo da empresa. As diretorias, preocupadas pelo impacto que a informação teria no seu negócio, proibiram à equipe pesquisadora de compartilhar, publicar ou falar mais do assunto de forma direta ou indireta; quem desconhecesse esta ordem seria submetido a processos administrativos, disciplinares e possivelmente prisão. Sinforosa terminou a sua bolsa em 1975 e voltou a Iraca.
19. Em setembro de 1973, a NOXXE organizou uma reunião confidencial com o Conselho Privado de Empresas de Combustíveis Fósseis (CPEF) para lhes informar sobre a pesquisa.



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

Desde esse momento, a NOXXE, aliadas do ramo e o CPEF promoveram a pesquisa a respeito de se e como a queima de combustíveis fósseis afetava o clima mundial e a cada seis meses compartilhavam um relatório confidencial entre as diretorias do CPEF e as de todas as empresas membros. Para fortalecer seus departamentos de pesquisa, criaram bolsas especiais e financiaram as melhores universidades, que implementaram projetos confidenciais a esse respeito. Estas doações foram idealizadas pelo Conselho Administrativo da NOXXE e pelo CPEF, esforço do qual participaram os dirigentes de cada uma das empresas petrolíferas e extrativas do setor.

20. John Wills, presidente do Conselho de Administração do CPEF, era também diretor geral da empresa Carros do Futuro, inventores do veículo e principais produtores de todo tipo de veículos a nível global. Ao receber a notícia no CPEF, John citou o Conselho de Administração e os investidores em caráter urgente e estritamente confidencial. Em 30 de novembro de 1973 nesta reunião de Carros do Futuro, John e a equipe científica da NOXXE explicaram que a queima de petróleo, em particular gasolinas, estava aumentando a temperatura do planeta e que isso ia continuar a agravar-se. A diretora de mercado, de imediato advertiu que essa informação afetava a venda de todos os seus produtos e que por isso deviam evitar a todo custo que as pessoas conhecessem a informação. Em voto consensuado e unânime, o conselho e investidores acordaram: a) manter a informação completamente reservada, não publicada nem compartilhada externamente, em particular com autoridades, meios de comunicação nem com organizações da sociedade civil; b) criar um mínimo de 15 centros de pensamento estratégicos nos próximos 15 anos, através dos quais e de maneira confidencial, compartilhariam e difundiriam informação sobre o seu setor, rejeitando qualquer informação relacionada com o fato de que a queima de carvão, petróleo e gás ou qualquer dos seus derivados gerasse mudança climática e afetasse ao planeta; c) conformar uma aliança estratégica com o CPEF e todas as empresas, para conjuntamente, desenvolver esforços de lobby em todos os países e ajudar aos tomadores de decisões a regular em benefício de setor; d) criar e apoiar agências de desenvolvimento com recursos para impulsionar ajudas para a educação e saúde nos países onde operam suas subsidiárias.

Impactos e efeitos nas pessoas e na natureza

21. Em meados de 1986 os habitantes de Murujuy e seus arredores começaram a relatar que a água tinha um sabor e um cheiro esquisito, como de metal. As ovelhas e demais animais de granja apresentaram sintomas estranhos, como malformações e uma mortalidade das crias antes do primeiro ano quatro vezes maior. Os vizinhos comentavam que tinham que acudir ao médico com frequência cada vez maior, pois começaram a sofrer de dores de cabeça, febre e dores de estômago. A partir desse ano as lavouras reduziram a sua produtividade, e em 2010 colheram 70% do que costumavam colher, como informou a universidade local. Nos jornais de Colibritón, do outro lado da fronteira, foi publicada uma reportagem com informação oficial sobre a poluição do ar e da água, recomendando ter cuidado e que, para prevenir, era melhor comprar água ou pelo menos fervê-la, mas não toma-la direto da torneira posto que não era saudável.
22. Em Murujuy, desde 1988 a população começou a queixar-se de problemas respiratórios e de que as plantas morriam nas hortas e em suas lavouras. Um grupo liderado por Aristóbulo Daza



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

e Hermencia Alba, conformado pelas escolas públicas e privadas, as associações de pediatria, estudantes unidos e o povo Izamal, denunciou estes fatos perante as autoridades. Compartilharam a informação sobre as medidas que estavam sendo implementadas em Colibritón, onde a NOXXE tinha sido multada pela poluição do ar e da água provenientes dos poços petrolíferos e da termoeleétrica, tendo sido obrigada a instalar filtros para evitar a poluição, incluindo-os nos bicos dos queimadores petrolíferos e nas chaminés da termoeleétrica.

23. A Procuradoria de Murujuy respondeu que não havia delito pois precisava de provas da existência de algum dano específico que merecesse um inquérito. A delegacia de polícia respondeu que estavam muito ocupados e que suas funções não incluíam atender situações sobre dificuldade para respirar e de problemas relacionados a animais, pelo qual foram encaminhados ao Centro de Saúde e à Secretaria de Agricultura. No Centro de Saúde a doutora de plantão respondeu que o aumento das consultas por doenças respiratórias era fora do comum, mas que deviam-se ao frio sofrido recentemente.
24. Em 1992 foi celebrada a Convenção da Terra no Rio de Janeiro, Brasil, a qual assistiram representações de todos os Estados incluindo Iraca e EUCH, assim como entidades das Nações Unidas, organizações e setor privado. Diante da evidência científica a respeito da realidade do aquecimento da terra e outras mudanças no clima vinculadas às emissões de gases de efeito estufa, os Estados acordaram a necessidade de implementar ações para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa a um nível que impedisse interferências induzidas pelo homem e perigosas para o sistema climático. Não foram determinadas ações obrigatórias e concretas, dada a incerteza a respeito de quais medidas, quem e como deveriam ser implementadas. Foram acordadas medidas para os países mais desenvolvidos, incluindo EUCH, que deviam informar periodicamente, enquanto os demais países como Iraca, deviam começar a implementar medidas para mitigar os efeitos da mudança climática.
25. O CPEF levou à Conferência de Rio uma delegação de 30 pessoas organizada por John Wills, agora embaixador de EUCH no Brasil, com participação de peritos de EUCH, Iraca e outros estados em vias de desenvolvimento, para entender e fixar posições. Este grupo reuniu-se com todas as delegações de governos, incluindo de Iraca, destacando a incerteza científica e o exagero de pedir que fossem implementadas medidas até não contar com mais informações. Enfatizaram a importância de continuar pesquisando e chegando a acordos sobre medidas voluntárias, sem a obrigatoriedade de exigir providências a curto e longo prazo, que gerariam perdas milionárias para estados em vias de desenvolvimento como Iraca. Depois de tudo, as empresas de EUCH significavam o maior investimento estrangeiro destes países e com ele, Iraca financiava a eletrificação das zonas rurais e novos projetos sociais de saúde, educação e moradia gratuita para a população em situação de pobreza. Estes projetos eram fundamentais para cidades como Murujuy, onde graças à NOXXE 35% da economia da cidade dependia diretamente das atividades da empresa.
26. Um grupo de pessoas, liderado por Alirio Garzón Cárdenas, com financiamento da NOXXE e de EMFOS, premiados por cuidar das borboletas endêmicas, assistiram à Conferência do Rio. Porém não foi permitida a assistência de Hermencia Alba, fundadora da Coalizão pelo Ar e pela Água de Murujuy, e outra dúzia de integrantes desta Coalizão. A Coalizão, formada por



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

25 organizações de Murujuy e municípios vizinhos, solicitou apoio econômico e autorização às autoridades de Iraca e de EUCH, NOXXE, EMFOS, a universidades e entidades para assistir à Conferência e apresentar o relatório sobre a morte de peixes e de pássaros derivado dos 20 anos da operação das empresas de petróleo e das carvo-elétricas. Quando o CPEF soube da solicitação de Hermencia e da Coalizão, mandou uma carta às chancelarias de EUCH e Iraca recomendando não autorizar sua participação pois afetaria a agenda conjunta dos governos, devido à mensagem negativa contra a indústria que não estava fundamentada e continha incertezas científicas.

27. Em 1994, NOXXE e CPEF criaram e financiaram o Centro de Pensamento e Difusão da Única Verdade (CEPEDIUA) e compraram O Olho, o maior consórcio de meios de comunicação de Iraca. Sendo conscientes de que tais investimentos e apoios poderiam ser mal interpretados pela imprensa e pelas organizações e outras entidades, decidiram realizá-los anonimamente. Também fortaleceram as suas campanhas publicitárias, destacando os projetos ambientais sustentáveis das suas empresas.
28. No mesmo ano, um grupo de professoras e de mães em Murujuy diante da importância de ter um ambiente saudável e livre de poluição, decidiu documentar as doenças que elas e suas famílias padeciam, dando-se conta que na cidade e seus arredores havia um maior número de pessoas com câncer, em especial do sistema respiratório. Além disso, estas doenças afetavam especialmente crianças e adolescentes.
29. Ao perguntar a outras mães e professoras de Colibritón, com quem mantêm uma relação muito estreita por compartilhar a zona fronteira, souberam que também ali vinham sofrendo impactos na saúde há anos, assim como na qualidade da água e do ar derivados das operações petrolíferas e das termoeletricas. A informação foi corroborada por pesquisas científicas de outros países, mostrando que as comunidades assentadas ao redor de plantas petrolíferas e de carvão podiam sofrer impactos negativos na sua saúde, semelhantes aos que estavam apresentando os moradores de Murujuy. De fato, esse era o motivo pelo qual em outros países essas indústrias não estavam em áreas habitadas. Assim, as mulheres de Murujuy concluíram que as enfermidades de suas filhas, filhos, amigas, familiares e demais pessoas não eram um acaso, mas que estavam relacionadas entre si e tinham a ver com as atividades poluentes da indústria.
30. Em 1995 a Coalizão pelo Ar e pela Água de Murujuy convidou e acompanhou um grupo de cientistas de EUCH e de outros países, a visitar e estudar a região. A delegação internacional nas suas conclusões, parabenizou às autoridades de Iraca pois os padrões e índices de ar e de água estavam alinhados com o exigido pela Organização Mundial da Saúde, como também pelo plano de coordenação com autoridades de Colibritón para a região fronteira. Contudo, expressou grande preocupação pelo fato de que a situação da qualidade do ar e da água em Murujuy eram das piores da região e do mundo, dado que os padrões e índices não estavam sendo cumpridos. Em contraste, a delegação científica ressaltou os esforços de monitoramento da contaminação de Colibritón, incluindo o programa para eliminar os bicos queimadores na zona petrolífera e o reassentamento das zonas habitadas numa faixa de 5kms de distância da exploração petrolífera, exemplos estes de medidas necessárias em toda a



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

fronteira. Estas medidas foram implementadas por exigência das autoridades ambientais e de saúde de EUCH, e seriam pagas por NOXXE, como parte de uma multa imposta à empresa.

31. A delegação científica apresentou suas conclusões às autoridades de Iraca e de EUCH. O Departamento de Saúde e o do Ambiente de Iraca responderam conjuntamente que não sabiam que a situação fosse tão grave, mas que imaginavam que pudesse ser assim; depois de tudo, essa área já era conhecida como de sacrifício pelas autoridades nacionais e municipais, e pela empresa. As autoridades de Iraca asseguraram ter a certeza de que toda a poluição era causada pelos caminhões que transitavam pela estrada, pois sendo um passo fronteiriço, o tráfego era intenso, motivo pelo qual, não havia muito que pudesse ser feito. Em todo caso, sendo cidades costeiras, a poluição causada ali era arrastrada pelos ventos rumo ao mar e, portanto, não afetava à cidade nem aos seus habitantes. O Departamento de Energia rejeitou a informação argumentando que não tinha sido levantada de maneira oficial nem seguindo os protocolos oficiais, além disso, mencionaram que tratava-se uma campanha de investidores de EUCH para deixá-los sem turistas.
32. Por sua parte, o governo de EUCH em linha com suas políticas, criou um programa de dez anos, para melhorar o monitoramento do ar e da água na região, incluindo a instalação de medidores da qualidade do ar. Iraca aceitou-os satisfeito. Tais monitores operavam de vez em quando e quando a luz caía, o que acontecia a cada três dias, ficavam sem dados.
33. CEPEDIUA e O Olho analisaram as conclusões da delegação internacional, o seu perfil e nível de experiência. Descobriram que a grande maioria eram de EUCH e adicionalmente, que os que participaram desde Murujuy tinham pertencido ao sindicato de NOXXE e tinham sido afastados da empresa devido às críticas sem fundamento que tinham sido esgrimidas a respeito da poluição do ar e por manipular a informação do monitoramento. CEPEDIUA e O Olho lançaram uma campanha de comunicação destacando os benefícios do petróleo e do carvão e a impossibilidade de que a sociedade sobrevivesse sem eles. Matilda Ramírez, jornalista de O Olho forneceu informação a respeito das opções com energias renováveis e a possibilidade de substituir os combustíveis fósseis. A gerência de O Olho acusou-a de agir contra sua própria empresa, mencionando que esses projetos eram de outros países e que não se aplicavam à realidade nacional. No fim desse mês e sem maiores explicações, cancelaram seu contrato. O Olho também não publicou nem fez referência às conclusões da delegação internacional, argumentando falta de rigor científico e que contrariavam a informação oficial.
34. Em 2004 Ramón López, de 10 anos de idade, originário e habitante de Murujuy, foi diagnosticado com um tumor maligno e faleceu no ano seguinte. A sua mãe Maricruz Silva perguntou ao hospital se sabiam de casos semelhantes, pois eles tinham uma vida saudável, consumindo alimentos cultivados tradicionalmente por sua família e sem químicos, como fazia Murujuy há mais de 3.000 anos. Maricruz confirmou que os hospitais e centros de saúde tinham relatórios de tumores de traqueia, brônquios e pulmão em índices que só apresentavam-se ali e em menores de idade de famílias que não tinham nenhuma história desse tipo de câncer.
35. Em 2005 Maricruz Silva e dezenas de familiares de pessoas de Murujuy e Colibritón, com casos parecidos ao de Ramón fundaram o Movimento de Proteção do Meio-ambiente e dos



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

Direitos Humanos. O Movimento planejou seu primeiro encontro binacional de 25 a 31 de julho de 2009, a fim de compartilhar informação, conhecer a situação da saúde e do ar e concordar num plano de trabalho conjunto. Ao encontro assistiriam a Coalizão pelo Ar e pela Água de Murujuy, entre outras dezenas de organizações. O encontro foi adiado devido às inundações sem precedentes que afetaram a cidade e toda a zona rural, gerando milhões em perdas pela destruição das lavouras e das colmeias de abelhas. A casa de Maricruz Silva, assim como as de seus pais e irmãos foram inundadas e perderam tudo o que tinham; suas plantações e colmeias foram totalmente destruídas, e seus animais afogaram-se

- 36.** Finalmente em janeiro de 2010 foi realizado o Encontro Binacional no qual foi compartilhada informação sobre a situação ambiental e de saúde, incluindo a incidência de doenças e efeitos sobre os habitantes, sobretudo em Murujuy. Apresentaram também pesquisas dos últimos 12 anos sobre os efeitos das secas e enchentes, incluindo a ocorrida no ano anterior. Ao evento assistiu Sinforosa Osorio Vásquez, quem como doutora em medicina e perita em mudança climática, integrante do Painel Intergovernamental de Mudança Climática das Nações Unidas (IPCCC), concluiu que tais efeitos estavam relacionados com as alterações climáticas causadas pela queima de combustíveis fósseis. Também apresentou-se Bel Tepic, a presidente do Conselho de Liderança do povo Izamal, quem relatou que as terras tinham perdido 65% de sua fertilidade desde 1995. Estudantes das universidades fronteiriças apresentaram dados no mesmo sentido. A associação de agricultores comunicou que devido a degradação da qualidade e quantidade de seus produtos, tinham perdido 40% da sua renda nos últimos cinco anos. As intensas secas também trouxeram a praga da mosca branca em 2003; e que tinham perdido novamente suas lavouras devido às inundações dos últimos meses. Face a gravidade da situação, resolveram fundar o Coletivo pelo Clima Seguro e apresentar um plano de ação conjunto que incluía a comunicação com autoridades de Iraca e de EUCH, solicitando a implementação de medidas para entender e atender os impactos da mudança climática que tinham começado a vivenciar e que agravavam os efeitos que já vinham sofrendo devidos a poluição do ar e da água.
- 37.** Em 2010 o Coletivo pelo Clima Seguro apresentou suas propostas aos governos de Iraca e de EUCH, priorizando a necessidade e urgência de contar com planos de atenção para emergências, porque já estavam convivendo com os impactos da mudança climática, impactos que segundo a comunidade científica vinham aumentando. Iraca recebeu as propostas com atenção; esteve de acordo com algumas, no entanto argumentou a impossibilidade de implementá-las de forma imediata como pedia o Movimento, pela necessidade de cortes nos recursos para a pesquisa e estudo de riscos pois apenas estavam recuperando-se da crise econômica de 2008. Por sua parte, EUCH respondeu meses depois que após analisar a informação, tinha concluído que não havia certeza científica de que os danos tivessem sido causados pela mudança climática e que recomendava tratar a informação com cautela para evitar gerar pânico. Além disso, recomendou e financiou um programa para a melhoria das práticas agrícolas e manejo da água.
- 38.** Em Iraca as enchentes e as secas agravavam-se a cada ano, confirmando as advertências da comunidade científica, e afetando gravemente a agricultura e o turismo. Em 2010 duas tempestades tropicais abateram-se sobre a região, causando perdas milionárias, incluindo a



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

queda de pontes e estradas importantes, e a quase perda total do hospital construído por NOXXE. Por esse motivo, as crianças que precisavam de atenção médica contra o câncer e tratamentos respiratórios, deviam ir ao hospital regional a 100kms de distância ou deixar de receber atenção médica.

39. Em 2011 as enchentes destruíram as cabanas que tinham sido construídas há dez anos, graças ao trabalho em mutirão da comunidade. O nível do mar continua subindo e o sal fica depositado nos solos, queimando os plantios de milho, amendoim e feijão. Em Murujuy começaram a verificar que a água não estava voltando ao seu nível habitual. De fato, grande parte da zona costeira permanece inundada o ano todo. Isto preocupou o povo Izamal, pois desde então e a cada ano seu território e áreas cultiváveis viram-se reduzidas, o que faz com que tenham menos produtos para comer e vender; seus níveis de pobreza têm aumentado, assim como também o nível de desnutrição da população infantil, por não ter acesso a bons alimentos, como antes.
40. Em EUCH a situação é diferente já que os agricultores e a indústria do turismo receberam apoio após as inundações graças aos seguros e os projetos de mitigação de Colibritón. Adicionalmente contam com um plano para a proteção da costa e um sistema de diques que permite controlar os níveis da água quando ocorrem inundações, evitando também que o nível do mar afete as terras cultiváveis. Isto é particularmente útil dadas as projeções da comunidade científica a respeito do aumento do nível do mar, que afetaria toda a região costeira.
41. Adicionalmente, o governo de EUCH anunciou que devido a poluição causada pelo carvão e seu impacto na mudança climática, dentro dos próximos 20 anos fecharia sua usina carvo-elétrica em Colibritón e demais plantas semelhantes. Isto era viável dado que os esforços para conseguir eficiência energética e uso razoável da energia tinham reduzido a demanda e que a energia renovável solar e eólica com projetos comunitários poderia fornecer a energia restante.
42. Recentemente tanto Iraca como EUCH vem sofrendo ondas de calor e de frio muito intensas. O calor intenso, que aumenta com a radiação solar e as mudanças nos ventos, tem ocasionado que especialmente crianças, adolescentes e pessoas com problemas respiratórios sofram ataques de asma e outros efeitos, requerendo atenção médica urgente. Esta situação também ocorre durante as ondas de frio, que ainda tem exigido gastar mais dinheiro em aquecimento para evitar mais doenças.
43. Iraca e EUCH enviaram ao secretariado da CMNUCC seus compromissos nacionais determinados (NDC, pela sua sigla em inglês) em 2015, atualizando-os em 2020, em tempo e forma. Iraca estabeleceu metas para a mitigação de emissões, incluindo reduzir emissões devidas ao desmatamento das florestas. Não incluíram as emissões relacionadas com o setor de hidrocarbonetos e energia, argumentando que as mesmas têm um índice muito baixo e que o país não possui a tecnologia para determiná-lo. Em todo caso, mencionam que cumprem com o Acordo de Paris pois suas metas estão dentro da média do nível de ambição e compromisso dos demais países. EUCH informou sobre seu esforço para controlar as emissões da indústria petrolífera e fechar as usinas carvo-elétricas, como a de Colibritón e comprometeu-se a reduzir as emissões em 20% até 2030, considerando os índices de emissões do ano de 2010.



Ações legais nacionais

44. Em novembro de 2011, 600 pessoas, moradores de Iraca e de EUCH, na sua maioria de Murujuy e Colibrítón pertencentes ao Coletivo pelo Clima Seguro, incluindo 250 crianças e adolescentes, assim como membros do povo Izamal, processaram o Estado de Iraca impetrando um mandado de segurança. Neste solicitaram o reconhecimento da violação aos seus direitos humanos pelos impactos da mudança climática e pediam que o Estado fosse obrigado a: reparar os danos causados; implementar planos efetivos para enfrentar os riscos e prevenir maiores impactos no futuro; reduzir as emissões que provocam a mudança climática, em particular do setor petrolífero e energético; implementar a transição da energia a carvão para fontes mais limpas; estabelecer um fundo de apoio para a saúde das pessoas afetadas pelas operações petrolíferas e a termoelétrica, pois devido à mudança climática hoje sofrem ainda mais os efeitos na sua saúde; e apoiar os programas alternativos de agricultura tradicional de Murujuy.
45. A corte rejeitou a demanda argumentando falta de jurisdição a respeito das pessoas de EUCH, inexistência de evidência sobre os danos aos direitos humanos e a forma em que a mudança climática e as emissões os afetavam. Além disso, o tribunal determinou que o Estado de Iraca não tinha a obrigação de reduzir emissões porque não era Anexo 1 de acordo com a CMNUCC. A juíza mencionou que cientificamente estava comprovado que os Estados desenvolvidos foram os que mais contribuíram aos gases de efeito estufa e que são eles os que deveriam responder. O Coletivo pelo Clima Seguro apelou a decisão, mas a Corte Suprema Constitucional de Iraca confirmou-a.
46. O Coletivo pelo Clima Seguro, impetrou também um mandado de segurança nas cortes de EUCH, com base nos mesmos argumentos e petições que foram apresentados em Iraca. O Tribunal rejeitou o mandato com relação às pessoas de Iraca, argumentando não ter jurisdição para receber nem tratar de assuntos fora de sua jurisdição. Com respeito às pessoas de EUCH, rejeitou a demanda argumentando a não existência de umnexo causal entre os danos mencionados e as atuações do governo. Com relação aos danos futuros argumentados pelos demandantes, o Tribunal concluiu que não tendo se concretizado, a Corte não poderia se pronunciar.

Trâmite perante o Sistema Interamericano

47. Em 8 de janeiro de 2013, um grupo de 600 pessoas, incluindo 250 crianças e adolescentes, habitantes de Iraca e de EUCH, e membros do povo Izamal, todas parte do Coletivo pelo Clima Seguro, apresentaram uma petição de caso perante a CIDH conjuntamente contra os Estados de Iraca e de EUCH pela violação da Convenção Americana nos seus artigos 4 (vida), 8 (garantias judiciais), 19 (direitos das crianças), 21 (propriedade), 25.2 (proteção judicial) e 26 (ambiente saudável e saúde), com relação às obrigações contidas nos artigos 1.1 e 2 desta Convenção, derivadas das ações e omissões de ambos Estados com respeito a medidas para enfrentar à crise climática.
48. Em 18 de janeiro a Comissão enviou a petição aos Estados de Iraca e EUCH para que dentro dos seguintes três meses, respondessem às alegações e argumentos apresentados. Os Estados responderam de maneira conjunta, argumentando a falta de jurisdição da Comissão para



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

conhecer do caso, por quanto pretende responsabilizar a cada Estado por ações ocorridas fora da sua jurisdição e com relação às alegações a direitos de pessoas que se encontram em jurisdição de outro Estado. Além disso, apresentaram toda a informação sobre os planos e programas em cumprimento com o Acordo de Paris e demais compromissos climáticos.

49. Dada a urgência e relevância do caso, em virtude de que parte das supostas vítimas são crianças, assim como da situação estrutural grave que poderia agravar-se, em agosto de 2016 a Comissão decidiu acumular a fase de admissibilidade com a de mérito da petição.
50. Em outubro de 2021 a Comissão publicou o relatório de mérito No. 34/21, declarando admissível a petição, pela vinculação de tempo e espaço dos fatos, concluindo que os Estados de Iraca e EUCH são responsáveis pela violação dos direitos contidos na Convenção Americana alegados na petição. De acordo com a Comissão aplica-se excepcionalmente a responsabilidade ao Estado de EUCH com relação às vítimas situadas fora da sua jurisdição, devido a: que o dano é grave e afeta os direitos humanos das vítimas; existência de um nexo causal entre os citados fatos que violam direitos e as ações e omissões do Estado de EUCH; o evidente controle das atividades geradoras do dano por parte de EUCH e ao fato que poderiam ter sido evitadas. Em consequência, a Comissão ordenou:
 - ao Estado de Iraca: implementar imediatamente o arcabouço legal aplicável às atividades que afetam à mudança climática no seu território, em particular a efetiva supervisão e fiscalização das atividades petrolíferas, priorizando a zona de Murujuy; revisar suas políticas, planos e programas para enfrentar à mudança climática, incluindo as NDC, assegurando que sejam incluídos os setores que mais geram emissões, e aumentando a ambição dos resultados com tais medidas priorizando a efetiva proteção dos direitos humanos; implementar um plano de fechamento para a planta carvo-elétrica que opera em Murujuy e demais centrais com combustíveis fósseis, evitando maiores danos atuais e futuros; implementar um programa de vigilância epidemiológica nas zonas de atividades petrolíferas e onde operam as carvo-elétricas, para avaliar em profundidade o nível de afetação da saúde e da vida das vítimas, e as ações para garantir seus direitos; projetar e implementar planos de adaptação efetivos a nível nacional, priorizando as zonas costeiras de Murujuy que considerem o conhecimento tradicional e promovam a justiça social, que atendam os riscos e os impactos atuais e futuros da mudança climática; promover com a participação do povo indígena Izamal e demais povos originários e afrodescendentes, com base nos seus planos de vida, medidas para a proteção dos seus territórios diante dos impactos das alterações climáticas; com relação às zonas de Iraca onde tenha subido o nível do mar de maneira irremediável, dispor as medidas de remediação dos efeitos da mudança climática para as vítimas que tenham perdido suas terras e território; assegurar medidas de proteção à saúde e demais riscos que as vítimas tenham que enfrentar devido aos impactos da mudança climática.
 - ao Estado de EUCH: revisar e implementar imediatamente o arcabouço legal aplicável às atividades que afetam à mudança climática no seu território e que tenham impacto fora deste, incluindo o efetivo controle, supervisão e fiscalização das atividades petrolíferas e energéticas das empresas que operam em sua jurisdição; revisar suas políticas, planos e programas de mudança climática, incluindo as NDC, assegurando que tenham um nível



AMERICAN UNIVERSITY

W A S H I N G T O N , D C

de ambição efetivo e proporcional a sua responsabilidade climática, e que protejam os direitos humanos das vítimas; colaborar com o Estado de Iraca com informação e conhecimento para contribuir à avaliação e fechamento das plantas carvo-elétricas que ainda operam ali; colaborar com o Estado de Iraca, fornecendo informação oportuna, adequada e completa e assistência técnica com respeito aos impactos que os combustíveis fósseis têm na mudança climática e as alternativas para implementar uma transição justa; colaborar com o Estado de Iraca com informação e assistência técnica para a geração de planos de adaptação efetivos a nível nacional, priorizando as zonas costeiras de Murujuy, considerando o conhecimento tradicional e promovendo a justiça social, atendendo aos riscos e os impactos atuais e futuros da mudança climática; implementar, em colaboração com o Estado de Iraca, medidas para respeitar, reparar e proteger os territórios das comunidades Izamal e outros povos indígenas ante os impactos das mudanças climáticas, com a devida participação dos povos indígenas Izamal e demais povos indígenas e afro-descendentes, com base em seus planos de vida; em relação às áreas de Iraca onde o nível do mar subiu de forma irremediável, dispor de medidas de reparação de mudanças climáticas para as vítimas que perderam suas terras e território; garantir medidas de atenção à saúde e outros riscos que as vítimas enfrentam devido aos impactos das mudanças climáticas.

51. Uma vez cumpridos os prazos estabelecidos pela Comissão, em conformidade com a Convenção Americana e o Regulamento da Comissão, e dado que nem Iraca nem EUCH cumpriram com as recomendações estabelecidas, o caso foi submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 5 de janeiro de 2022, alegando os mesmos artigos estabelecidos no relatório de mérito da CIDH.
52. Em 7 de janeiro de 2022, em cumprimento com o estabelecido pelo Regulamento, a Corte notificou às vítimas, outorgando-lhes dois meses para apresentar seu petítório, argumentos e provas. Ao receber o memorial das vítimas, a Corte enviou-o aos Estados em 8 de março solicitando o envio de seus comentários, outorgando um prazo de dois meses.
53. Recebida toda a informação e em conformidade com os regulamentos, a Corte marcou a audiência para o dia 23 de maio de 2022.